

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	2.794	2.623
Custos dos serviços		(2.154)	(2.051)
Custos com energia elétrica	4	(1.553)	(1.502)
Custos de construção	5	(373)	(329)
Custos de operação	6	(228)	(220)
Lucro bruto		640	572
Perdas de créditos esperadas	10	(3)	(5)
Despesas com vendas	6	(40)	(41)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(129)	(105)
Lucro operacional		468	421
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		60	46
Despesas financeiras		(150)	(141)
Outros resultados financeiros, líquidos		35	(1)
		(55)	(96)
Lucro antes dos tributos		413	325
Tributos sobre o lucro	8	(71)	(52)
Corrente		(48)	(28)
Diferido		(23)	(24)
Lucro líquido do exercício		342	273
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2		
Ordinária		1,99	1,59
Preferencial A		2,19	1,75
Preferencial B		2,19	1,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	342	273
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	2	3
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1)	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	1	2
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	21	18
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(7)	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	14	12
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	15	14
Resultado abrangente do exercício	357	287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	342	273
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	106	94
Baixa de ativos não circulantes	15	17
Tributos sobre o lucro	71	52
Resultado financeiro, líquido	55	96
Valor de reposição estimado da concessão	(57)	(45)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	13	14
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	87	13
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	7	2
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	21	72
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(51)	25
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(12)	3
Outros ativos e passivos, líquidos	(12)	(15)
Caixa líquido proveniente das operações	585	601
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(73)	(89)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	19	(17)
Rendimento de aplicação financeira	7	10
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(59)	(28)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	479	477
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(364)	(330)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(5)	(1)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6	1
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(363)	(330)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	-	500
Pagamento dos custos de captação	-	(6)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(136)	(529)
Depósitos em garantias	3	-
Obrigações especiais	8	1
Pagamento de principal - Arrendamentos	(1)	(1)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	-	27
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(23)	(191)
Caixa (consumido) nas atividades de financiamentos	(149)	(199)
Redução de caixa e equivalentes de caixa do exercício	(33)	(52)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242	294
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	209	242
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	6	10
Arrendamentos capitalizados	1	2
Adições obrigações especiais - incorporadas por meio de doação de bens	3	1
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	12	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhões de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	209	242
Contas a receber de clientes e outros	10	495	419
Títulos e valores mobiliários		1	2
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	4	1
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	31	21
Outros tributos a recuperar	8.3.1	222	193
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	24	35
Outros ativos circulantes		29	30
Total do circulante		1.015	943
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	86	123
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	260	107
Outros tributos a recuperar	8.3.1	575	527
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	-	1
Depósitos judiciais	16	20	21
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	1.525	1.276
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	434	384
Outros ativos não circulantes		15	11
Direito de uso		1	1
Intangível	13	686	668
Total do não circulante		3.602	3.119
Total do ativo		4.617	4.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	340	239
Empréstimos e financiamentos	15	54	86
Passivo de arrendamento		1	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	37	29
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	-	1
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	66	98
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	2	3
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	76	26
Provisões	16	19	6
Outros passivos circulantes	17	71	48
Total do circulante		666	536
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	20	20
Empréstimos e financiamentos	15	1.649	1.596
Passivo de arrendamento		1	1
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	2	-
Tributos sobre o lucro	8.1.3	1	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	30	21
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	30	-
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	723	659
Provisões	16	106	112
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	56	45
Outros passivos não circulantes	17	4	20
Total do não circulante		2.622	2.474
Patrimônio líquido	19	1.329	1.052
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.617	4.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	542	185	(4)	28	72	-	-	144	967
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	273	-	273
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Outros resultados abrangentes	-	-	14	-	-	-	-	-	14
Destinação:									
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	175	(175)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	40	-	(40)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(54)	-	(54)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	542	185	10	28	112	175	-	-	1.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	342	-	342
Outros resultados abrangentes	-	-	15	-	-	-	-	-	15
Destinação:									
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	54	-	(54)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(51)	-	(51)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(208)	208	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	542	185	25	28	166	175	-	208	1.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	3.851	3.751
Perdas de créditos esperadas	(3)	(5)
	3.848	3.746
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.422)	(1.466)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(269)	(187)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(539)	(479)
	(2.230)	(2.132)
Valor adicionado bruto	1.618	1.614
Depreciação e amortização	(106)	(94)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.512	1.520
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	461	337
Valor adicionado total a distribuir	1.973	1.857
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	73	68
Encargos sociais (exceto INSS)	9	9
Benefícios	49	41
Outros	(24)	(13)
	107	105
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	16	15
ICMS	622	650
PIS/COFINS sobre faturamento	169	165
Tributos sobre o lucro	71	52
Obrigações intrasetoriais	129	164
Outros	4	3
	1.011	1.049
Financiamentos		
Juros e variações cambiais e alugueis	513	430
Subtotal	513	430
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	80	58
Dividendos adicionais propostos	208	-
Reserva de incentivo fiscal	54	40
Reserva de retenção de lucro	-	175
	342	273
Valor adicionado distribuído	1.973	1.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão n° 8 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

1.1 Coronavírus (“COVID-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas:

- (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado;
- (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do contas a receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*.

Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutido a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia como segue:

	2020
Retração da demanda de mercado	(14)
Perdas de crédito esperadas	(10)
Lucro operacional	(24)
Tributos sobre o lucro	6
Efeito líquido	(18)

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) Postergação do recolhimento de tributos relativos às competências de abril e maio de 2020, tais como PIS e COFINS (R\$ 40) e FGTS (R\$ 1), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$ 41. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerados por essas medidas durante o 2º semestre de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorriam até dezembro, contratados junto ao BNDES (*stand still*), com vigência limitada até outubro, que proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$ 28 (base nominal) no exercício 2020;
- (iii) Liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$ 21 para a Companhia, recebido em abril de 2020;
- (iv) A publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que a Companhia seja ressarcida integralmente por este desconto pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo;
- (v) Diferimento do reajuste tarifário da Companhia para 1º de julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no montante de R\$ 13; e
- (vi) Adesão à CONTA-COVID: A Resolução ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020 dispõe sobre a CONTA-COVID, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 96, os quais foram utilizados para efetuar a baixa contábil do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE (nota 11).

Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário);
- (ii) Contratação de nova linha de fomento no montante de R\$ 388;
- (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento do contas a receber vencidos, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de créditos esperadas, dentre as quais destacamos:
 - a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site da Companhia, permitindo aos clientes negociar as suas dívidas sem sair de casa;
 - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020);
 - c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes da Companhia através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para a Companhia;
 - d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, *e-mail* e *whatsapp*), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações;
 - e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial); e
 - f. Campanha de mídia (TV e rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$ 35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para Companhia.
- (iv) Medidas para reduzir a sobrecontratação:

O art 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da COVID-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Durante o ano de 2020 a Companhia está utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19 tais mecanismos têm tido baixa efetividade.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além das as principais indústrias das nossas áreas de concessão;
- (ii) Fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha;
- (iii) Doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (iv) De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias, com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da Companhia, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e às respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19; e
- (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do setor elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção da COVID-19.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1.2.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, e considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1.2.1.1 Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

1.2.1.2 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2c).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1.2.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

Ratings de longo prazo em escala nacional ⁽¹⁾	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

1.2.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Riscos	Período da vigência	Importância segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2020 a 08/10/2021	4
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100%FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	294
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	1
Transporte	08/10/2020 a 08/10/2021	2
D&O	23/08/2020 a 23/08/2021	150

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir; (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira; são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.601	1.715
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	1.561	1.468
Construção de infraestrutura da concessão	373	329
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	89	218
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	50	12
Valor de reposição estimado da concessão ⁽¹⁾	57	45
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	79	(71)
Outras receitas	41	35
Receita operacional bruta	3.851	3.751
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.057)	(1.128)
Receita operacional líquida	2.794	2.623

⁽¹⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão.

A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia (nota 1.1 b (i)).

Reajuste tarifário anual – IRT 2020

Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.677) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 29 de abril de 2020. Entretanto em função do cenário de calamidade pública causado pela pandemia do vírus COVID-19, foi aplicado a partir de 1º de julho de 2020. O reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 4,72% e 2,92%, respectivamente. Como resultado, o reajuste médio na tarifa foi de 3,40%.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Residencial	2.365	2.229	1.471	1.415
Comercial	803	987	597	704
Industrial	246	297	173	178
Rural	406	432	166	171
Poder público	214	286	146	187
Iluminação pública	212	209	80	79
Serviços públicos	247	258	137	141
Consumo próprio	6	6	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	26	5
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(1.459)	(1.361)
Subvenção à tarifa social	-	-	264	196
Total	4.499	4.704	1.601	1.715

O fornecimento não faturado apresenta o efeito do remanejamento do calendário de leitura de clientes do Grupo A, iniciado em novembro de 2020, com o objetivo de garantir a adequação a Resolução Normativa ANEEL nº 863 de 10 de dezembro 2019, com vigência a partir de janeiro de 2021 de forma que as leituras e os faturamentos dos clientes ocorram de acordo com ciclo do mês civil.

O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020, (nota 1.1 c (iv)).

3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2020	2019
Consumidor livre	102	107
Consumidor cativo ⁽¹⁾	1.459	1.361
Total	1.561	1.468

⁽¹⁾ Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme a resolução ANEEL do reajuste tarifário.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CVA e neutralidade		
Energia (i)	(50)	(76)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	37	23
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	(13)	14
TUST (iv)	36	9
Neutralidade dos encargos setoriais	7	(3)
PROINFA	(1)	-
	<u>16</u>	<u>(33)</u>
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (v)	80	(29)
Risco hidrológico	(16)	(1)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(15)	(15)
Ressarcimento P&D	-	3
Diferimento de reajuste (vi)	13	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	6
Outros	1	(2)
	<u>63</u>	<u>(38)</u>
Total	<u>79</u>	<u>(71)</u>

- (i) Energia: Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e principalmente pela amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (ii) Encargos de Serviços do Sistema – ESS: Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (iii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (iv) TUST – Rede Básica: Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020.
- (v) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa decorre do resultado de sobras de 10,77% acima do requisito, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade em parte dos montantes que superaram os 5%, conforme previsto na REN nº 453/2011. Do total do custo de R\$ 43 relativo às sobras acima dos 5%, R\$ 16 foi registrado como involuntariedade decorrente da migração dos clientes para o ambiente livre, R\$ 9 como involuntariedade decorrente da pandemia da COVID-19; e remanescendo R\$ 18 registrado como passivo da exposição financeira ao mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (vi) Diferimento do reajuste: Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 22 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020.

3.4 Deduções da receita bruta

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(622)	(650)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(304)	(313)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(2)	(2)
	<u>(928)</u>	<u>(965)</u>
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	(95)	(134)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(12)	(11)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(8)	(5)
Outros encargos	(14)	(13)
	<u>(129)</u>	<u>(163)</u>
Total	<u>(1.057)</u>	<u>(1.128)</u>

⁽¹⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das Quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que às premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (i)	3.481	3.461	(736)	(623)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(202)	(223)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾ (ii)	51	-	(76)	(243)
Contratos por cotas de garantia física	1.378	1.348	(150)	(138)
Energia adquirida contrato bilateral	773	762	(184)	(161)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	186	185	(52)	(47)
Outros	112	113	(22)	(31)
Subtotal	5.981	5.869	(1.422)	(1.466)
Créditos de PIS e COFINS			116	134
Total da compra para revenda de energia	5.981	5.869	(1.306)	(1.332)
Encargos de uso dos sistemas				
Encargos de rede básica (iii)			(205)	(153)
Encargos de conexão			(26)	(26)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (iv)			(36)	2
Outros			(2)	(10)
Subtotal			(269)	(187)
Créditos de PIS e COFINS			22	17
Total dos encargos de uso dos sistemas			(247)	(170)
Total			(1.553)	(1.502)

⁽¹⁾ PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

⁽²⁾ MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

(i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores e do início de novos contratos;

(ii) Impacto do excedente financeiro e do déficit de energia;

(iii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrência do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 2.726/2020, de 14 de julho de 2020; e

(iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal	(22)	(14)
Material	(196)	(182)
Serviços de terceiros	(157)	(126)
Juros sobre obras em andamento	(6)	(3)
Obrigações especiais	(3)	3
Outros	11	(7)
Total	(373)	(329)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 6.1)	(57)	(12)	(51)	(120)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros	(65)	(26)	(39)	(130)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(90)	-	(15)	(105)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)	(9)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(16)	(2)	(10)	(28)
Total	(228)	(40)	(129)	(397)

	2019			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 6.1)	(58)	(15)	(44)	(117)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(69)	(26)	(38)	(133)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(79)	-	(14)	(93)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)	(9)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	-	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(13)	-	3	(10)
Total	(220)	(41)	(105)	(366)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

6.1 Custo e despesa de pessoal

	2020	2019
Remunerações	(58)	(55)
Encargos sociais	(25)	(23)
Auxílio alimentação	(10)	(8)
Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios	(8)	(9)
Férias e 13º salário	(12)	(11)
Plano de saúde	(9)	(7)
Participação nos resultados	(22)	(16)
(-) Transferências para ordens	27	16
Outros	(3)	(4)
Total	(120)	(117)

6.2 Depreciação e amortização

	2020	2019
Quota de depreciação e amortização no exercício	(106)	(94)
(-) Crédito PIS/COFINS	1	1
Depreciação e amortização residual no resultado	(105)	(93)

6.3 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2020	2019
Recuperação de despesa	4	4
Despesas de viagem	(2)	(3)
Consumo próprio e energia elétrica	(4)	(4)
Multa contratual	24	25
Perdas/alienação/desativação	(22)	(14)
Material	(18)	(14)
Outros	(10)	(4)
Total	(28)	(10)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	7	10
(-) Tributos sobre receita financeira	(3)	(3)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	52	23
Atualização de depósitos judiciais	-	1
Atualização do ativo financeiro setorial	-	6
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	1	1
Outras receitas financeiras	3	8
	60	46
Despesa financeira		
Encargos brutos sobre instrumentos de dívida (i)	(108)	(103)
Atualização do passivo financeiro setorial	(1)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(21)	(12)
Outras despesas financeiras (ii)	(20)	(26)
	(150)	(141)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2(c)) (iii)	(238)	(158)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2(c))	122	117
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(122)	(127)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (iii)	275	170
Perdas com variações cambiais e monetárias	(3)	(4)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1	1
	35	(1)
Resultado financeiro, líquido	(55)	(96)

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;

(ii) Refere-se, principalmente, à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e

(iii) Aumento do Euro e do Dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa dos derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO À CONSUMIDORES**8.1.1 Tributos sobre o lucro**

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.1.2 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	413	325
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(140)	(111)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	17	18
Incentivos fiscais (nota 8.1.4(a))	56	42
Outras adições (reversões) permanentes	(4)	(1)
Tributos sobre o lucro	(71)	(52)
Alíquota efetiva	<u>17%</u>	<u>16%</u>
Corrente	(48)	(28)
Diferido	(23)	(24)

8.1.3 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	37	44
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(6)	(4)
Provisão para processos judiciais	43	40
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	12	14
Direito de uso da concessão - receita de ultrapassagem	15	15
PLR	7	5
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(42)	(22)
Capitalização de juros de dívida	(101)	(95)
Outros	5	4
Total	<u>(30)</u>	<u>1</u>
Ativo não circulante	-	1
Passivo não circulante	(30)	-

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	-
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(23)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(8)
Transferências entre ativos e passivos	(1)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	32	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(24)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(7)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	-

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, são de R\$ 30 em 2021.

8.1.4 Tributos correntes ativos e passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	21	16
CSLL	10	5
Total ativo circulante	31	21
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	1	-
CSLL	-	1
Total	1	1
Passivo circulante	-	1
Passivo não circulante	1	-

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 1 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos. A Companhia possui o montante de R\$ 418 (R\$ 412 em 31 de dezembro de 2019) referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada abaixo, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 312 (R\$ 310 em 31 de dezembro de 2019).

8.1.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.2 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	638
Provisão constituída	(421)
Benefício fiscal	217
Amortização acumulada	(510)
Reversão acumulada	337
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44
Amortização	(19)
Reversão	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

2021	2022	2023	2024	2025	Entre 2026 e 2030
0.02784	0.02666	0.02551	0.02442	0.02336	0.04375

8.3 Outros Tributos

8.3.1 Outros tributos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	56	53
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	132	119
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	609	548
Total	797	720
Circulante	222	193
Não circulante	575	527

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13	57
Programa de Integração Social - PIS	3	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12	10
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	7
Outros	3	3
Outros tributos a recolher	42	79
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19	18
Programa de Eficiência Energética - PEE	19	17
Outros	16	5
Encargos setoriais	54	40
Total	96	119
Circulante	66	98
Não circulante	30	21

8.4 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em agosto e setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, ação estas ajuizadas em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 725, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, passivo pelo mesmo montante, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 2 devidos aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 723. Esses valores estão atualizados pela taxa SELIC.

A constituição do passivo decorre da adoção de cautela necessária e devida prudência frente ao possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da agência dos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data.

A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. O eventual repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a serem ainda editadas pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>
Constituição	445
Atualização	217
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>662</u>
Constituição	49
Atualização	15
Pagamentos (*)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>725</u></u>

(*) Pagamento de honorários de êxito.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	22	32
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55	-
Fundos de investimentos	132	210
Total	<u><u>209</u></u>	<u><u>242</u></u>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020			2019		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	548	(83)	465	567	(93)	474
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41	-	41	25	-	25
Disponibilidade da rede elétrica	11	-	11	14	-	14
Subvenções e subsídios governamentais	40	-	40	14	-	14
Outros créditos	27	(3)	24	17	(2)	15
Total	667	(86)	581	637	(95)	542
Circulante			495			419
Não circulante			86			123

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	144	(18)	141	(20)
Comercial	52	(8)	67	(7)
Industrial	34	(18)	39	(19)
Rural	24	(8)	30	(8)
Poder público	137	(28)	174	(36)
Iluminação pública	14	(1)	11	(2)
Serviços públicos	16	(1)	18	(1)
Não faturado	127	(1)	87	-
Total	548	(83)	567	(93)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	335	(7)	369	(11)
Saldos vencidos:	213	(76)	198	(82)
90 dias	115	(3)	111	(6)
entre 91 e 180 dias	16	(4)	10	(4)
entre 181 e 360 dias	23	(6)	11	(7)
acima de 361 dias	59	(63)	66	(65)
Total	548	(83)	567	(93)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 27 (R\$ 15 líquido de baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas – PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(95)	(99)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(3)	(5)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	12	9
Saldo final do exercício	(86)	(95)

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para Perdas de Créditos Esperadas (PCE) totalizaram R\$ 3 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos da COVID-19 de R\$ 10.

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2020			2019		
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	72	(8)	64	137	(8)	129
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	(21)	(21)	-	(60)	(60)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3	(5)	(2)	12	-	12
TUST	41	(4)	37	19	(4)	15
Neutralidade de encargos setoriais	-	(1)	(1)	1	(1)	-
Outros	-	(1)	(1)	1	-	1
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação	12	(11)	1	-	(38)	(38)
Risco hidrológico	-	(60)	(60)	-	(43)	(43)
Ultrapassagem de demanda/ excedente reativo	-	(51)	(51)	-	(35)	(35)
Diferimento de reajuste	-	(1)	(1)	-	-	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	7	-	7	7	-	7
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	(5)	(5)	-	-	-
Outros	2	(1)	1	3	(1)	2
Total	137	(169)	(32)	180	(190)	(10)
Valores homologados pela ANEEL	42	(38)	4	63	(32)	31
Valores a serem homologados pela ANEEL	95	(131)	(36)	117	(158)	(41)
Total	137	(169)	(32)	180	(190)	(10)
Ativo circulante			24			35
Passivo não circulante			(56)			(45)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	228	(173)	55
Constituição	155	(144)	11
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(224)	142	(82)
Atualização monetária	11	(5)	6
Transferências	10	(10)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	180	(190)	(10)
Constituição	246	(99)	147
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	117	(185)	(68)
Atualização monetária	6	(7)	(1)
Antecipação conta COVID (i)	(80)	(15)	95
Transferências	(332)	327	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	137	(169)	(32)

(i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 95 captados pela CCEE e repassados pela Conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.276	1.072
Baixa	(1)	(1)
Reversão	-	2
Transferência - ativo contratual ⁽¹⁾	191	156
Transferência - ativo intangível	3	1
Transferência - outros	(1)	1
Ajustes a valor justo	57	45
Saldo final do exercício	1.525	1.276

⁽¹⁾ Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos de contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	384	296
Adições ⁽¹⁾	374	337
Baixas	(7)	(10)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	(132)	(99)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	(191)	(156)
Transferências - outros	6	16
Saldo final do exercício	<u>434</u>	<u>384</u>
Custo	436	385
Obrigações especiais	(2)	(1)

⁽¹⁾ Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<u>Concessão</u>
Taxa de amortização a.a.	3,64%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668
Baixas	(7)
Amortização	(105)
Transferências - ativo financeiro ⁽¹⁾	(3)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	132
Transferências - outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686
Custo	1.843
Amortização acumulada	(1.065)
Obrigações especiais	(92)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	668
Baixas	(6)
Amortização	(93)
Transferências - ativo financeiro ⁽¹⁾	(1)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	99
Transferências - outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668
Custo	1.732
Amortização acumulada	(964)
Obrigações especiais	(100)

⁽¹⁾ Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração.

⁽²⁾ Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Energia elétrica	220	150
Encargos de uso da rede	50	18
Materiais e serviços	70	71
Energia livre	20	20
Total	<u>360</u>	<u>259</u>
Circulante	340	239
Não circulante	20	20

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos bancários	519	428
Agências de fomento	60	169
Mercado de capitais	1.124	1.085
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	1.703	1.682
(-) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (a))	(262)	(108)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(209)	(242)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1)	(2)
Dívida líquida	<u>1.231</u>	<u>1.330</u>

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro (“R\$”), Dólar norte-americano (“US\$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, conseqüentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dominados em R\$	1.214	1.310
Indexados às taxas flutuantes	1.200	1.277
Indexados às taxas fixas	14	33
Dominados em US\$	496	384
Indexados às taxas fixas	496	384
	<u>1.710</u>	<u>1.694</u>
(-) Depósitos em garantia	(2)	(6)
(-) Custo de transação	(5)	(6)
Total	<u>1.703</u>	<u>1.682</u>
Passivo circulante	54	86
Passivo não circulante	1.649	1.596

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	170,6%	108,6%
Custo médio em taxa Pré	4,6%	6,4%
Saldo da dívida	1.703	1.682
Instrumentos financeiros derivativos	(262)	(108)
Dívida total líquida de derivativos	<u>1.441</u>	<u>1.574</u>

⁽²⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.**b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida**

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal⁽³⁾</u>	<u>Juros⁽³⁾</u>	<u>Instrumentos derivativos</u>	<u>Total</u>
2021	44	70	(24)	90
2022	689	79	(138)	630
2023	368	53	(100)	321
2024	411	28	(24)	415
2025	1	11	-	12
Entre 2026 e 2030	276	10	-	286
Total	<u>1.789</u>	<u>251</u>	<u>(286)</u>	<u>1.754</u>

⁽³⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	1.682	1.656
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	500
Amortização de principal	(136)	(529)
Custo de captação	-	(6)
Pagamento de encargo de dívida	(73)	(89)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	3	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	111	109
Variação cambial (nota 7)	112	18
Marcação a valor justo (nota 7)	4	23
Saldo final do exercício	<u>1.703</u>	<u>1.682</u>

d) Linhas de crédito

<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>Período do contrato</u>	<u>Montante total</u>
Linhas de financiamento	R\$	15/06/2022	388
Linhas de financiamento	US\$	06/01/2021	100
			<u>488</u>

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

Companhia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 5,3% e 8,8%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	179	47
Swap de taxas de juros - R\$	83	61
Exposição líquida	<u>262</u>	<u>108</u>
Ativo circulante	4	1
Ativo não circulante	260	107
Passivo não circulante	(2)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2020	2019
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	179	49
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	89	61
	262	108

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2020			2019	
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Total
Saldo inicial	107	-	107	56	56
Ganho (perda) reconhecido no resultado	153	-	153	43	43
Liquidação financeira entradas (saídas)	(18)	(1)	(19)	(10)	(10)
Ganho (perda) reconhecido no ORA	21	-	21	18	18
Saldo final	263	(1)	262	107	107
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Custos de operação	-	1	1	-	-
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	153	-	153	43	43

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais****a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas (i)	Provisões fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22	92	4	118
Adições e reversões, líquidas	2	5	2	9
Pagamentos	(7)	(15)	-	(22)
Atualizações monetárias	6	13	2	21
Transferência	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23	95	7	125
Circulante				19
Não circulante				106
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17	82	4	103
Adições e reversões, líquidas	6	3	-	9
Pagamentos	(6)	-	-	(6)
Atualizações monetárias	5	7	-	12
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22	92	4	118
Circulante				6
Não circulante				112

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Provisões Trabalhistas: Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 80 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos cíveis (i)	89	79
Processos trabalhistas (ii)	15	32
Processos fiscais (iii)	34	114
Total	<u>138</u>	<u>225</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

- (i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros.
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescido de juros de 1% a.m., para as ações trabalhistas; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2020	2019
Processos cíveis	1	1
Processos trabalhistas	4	5
Processos fiscais	15	15
Total	20	21

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Caução em garantia ⁽¹⁾	37	31
Devoluções a consumidores	12	18
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	3	-
Repasse a terceiros	15	15
Outros	8	4
Total	75	68
Circulante	71	48
Não circulante	4	20

⁽¹⁾ Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus colaboradores benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ('Plano de pensão – Benefício definido'); e (ii) plano de previdência complementar ('Plano de pensão – Contribuição definida').

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, férias, 13º salário e encargos a pagar	37	29
Benefícios de longo prazo	(14)	(11)
Total	<u>23</u>	<u>18</u>
Ativo não circulante - outros ⁽¹⁾	(14)	(11)
Passivo não circulante	37	29

⁽¹⁾ A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulante.

18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2020			
	Quantidade beneficiários Ativos	Quantidade beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Néos - Plano BD RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	-	294	Fechado	Superavitário
Néos - Plano CD RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	781	253	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	265	-	Aberto	N/A
Total	1.046	547		

⁽¹⁾ Em junho de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ('PREVIC') autorizou a incorporação da Fundação COSERN de Previdência Complementar ('FASERN'), pela NÉOS Previdência Complementar ('NÉOS') e a partir de outubro de 2020 ocorreu a efetiva incorporação à NÉOS dos bens, direitos e obrigações dos recursos dos planos de benefícios definidos e contribuições definidas geridos por essas entidades.

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) liquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(85)	133	(41)	7
Efeitos dos juros	(7)	12	(4)	1
Benefícios pagos pelo plano	14	(14)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(16)	-	(9)	(25)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	28	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(94)	159	(54)	11
Efeitos dos juros	(7)	12	(4)	1
Benefícios pagos pelo plano	12	(12)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(4)	-	8	4
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(93)	157	(50)	14
Planos superavitários	(93)	157	(50)	14

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2020		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(3)	(3)
Despesa com juros de passivos	(7)	-	(7)
Receita com juros de ativos	8	-	8
Total	1	(3)	(2)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	(3)	(3)
------------------------	---	-----	-----

	2019		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(4)	(4)
Despesa com juros de passivos	(7)	-	(7)
Receita com juros de ativos	8	-	8
Total	1	(4)	(3)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	(4)	(4)
------------------------	---	-----	-----

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Saldo inicial	7	5
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(4)	(16)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(2)	28
Mudança de teto de ativo	8	(9)
Efeito bruto	2	3
Tributos sobre o lucro	(1)	(1)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	1	2
Saldo final	8	7

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(93)	(94)
Valor justo dos ativos	157	159
Efeito do limite do ativo (teto)	(50)	(54)
Total (passivo) ativo líquido	<u>14</u>	<u>11</u>
Ativo não circulante	14	11

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	1	1	-	1	1
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações/Quotas	10	-	10	10	-	10
Fundo de investimento - Renda fixa	146	-	146	148	-	148
Total	<u>156</u>	<u>1</u>	<u>157</u>	<u>158</u>	<u>1</u>	<u>159</u>

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	<u>2020</u>
	Benefício definido
2021	8
2022	8
2023	8
2024	8
2025	7
Entre 2026 e 2030	<u>32</u>
Total	<u>71</u>

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	97	98
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,31%	4,43%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,90	9,13
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	89	90
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,00%)	(4,10%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,40	8,60

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	6,80%	7,41%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	8,64	8,86
	AT-2000	AT-2000
	ponderada	ponderada
	(40%	(40%
Tábua de mortalidade	masculina	masculina
	e 60%	e 60%
	feminina),	feminina),
	suavizada	suavizada
	em 10%	em 10%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A
	AT-1983	AT-1983
	ponderada	ponderada
	(40%	(40%
Tábua de mortalidade de inválidos	masculina	masculina
	e 60%	e 60%
	feminina),	feminina),
	suavizada	suavizada
	em 10%	em 10%

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de juros – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará à um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo – pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de “Outros resultados abrangentes”. Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”), e ações preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 542.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidades de ações):

	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Total	
							Ações	R\$
Neoenergia S.A .	118.992.436	384	18.739.271	60	16.062.793	52	153.794.500	496
Outros	10.753.783	35	1.866.857	6	1.658.888	5	14.279.528	46
Total	129.746.219	419	20.606.128	66	17.721.681	57	168.074.028	542

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) às ações preferenciais “Classe A” prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais “Classe B”, prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	258	206
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	45	36
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	39	31
Total	<u>342</u>	<u>273</u>
Em unidade de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	129.746.219	129.746.219
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	20.606.128	20.606.128
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	17.721.681	17.721.681
Total	<u>168.074.028</u>	<u>168.074.028</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	1,99	1,59
Ação preferencial A (R\$)	2,19	1,75
Ação preferencial B (R\$)	2,19	1,75

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido do exercício	342
Reserva de incentivo fiscal	(54)
Remuneração a distribuir	288
Mínima obrigatória	72
Remuneração adicional	216
	288
Natureza da remuneração	
Dividendos	237
JCP	51
	288
Remuneração total por ação	1,71

A Administração propôs ao Conselho de Administração referente ao exercício de 2020 o montante de R\$ 288, dos quais R\$ 208 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2020					
AGO de 31 de julho de 2020	Dividendos Mínimos Obrigatórios	4	0,0257980	0,0283778	0,0283778
RCA de 22 de dezembro de 2020	JCP	51	0,2952355	0,3247591	0,3247591
		55			
2019					
AGO de 12 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	144	0,8363749	0,9200124	0,9200124
RCA de 28 de junho de 2019	JCP - 1S19	30	0,1739314	0,1913246	0,1913246
RCA de 13 de dezembro de 2019	JCP	24	0,1389706	0,1528677	0,1528677
		198			

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 01 de janeiro	26	24
Declarada no exercício	80	202
Imposto de renda retido na fonte	(7)	(8)
Pagos no exercício	(23)	(192)
Saldo em 31 de dezembro	<u>76</u>	<u>26</u>

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

19.4 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com o capital próprio

Reserva no montante de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 180 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 142 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2019).

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 28.

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 166 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(iii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ R\$ 175.

19.6 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como “Acionistas e Outros” nesta nota explicativa.

O Despacho ANEEL de 29 de julho de 2020 aprovou à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020.

A Companhia aderiu somente ao compartilhamento de recursos humanos, reconhecendo no resultado um custo incremental de R\$ 2.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Outros ativos (b)/(c)/(d)	1	-	-	1	-	8	3	11
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>11</u>
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)	1	-	8	9	1	-	8	9
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	66	10	76	-	23	3	26
Outros passivos (b)/(c)/(d)/(f)	2	2	-	4	-	-	-	-
	<u>3</u>	<u>68</u>	<u>18</u>	<u>89</u>	<u>1</u>	<u>23</u>	<u>11</u>	<u>35</u>

20.2 Transações com partes relacionadas

	2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício								
Receita operacional, líquida (a)	4	-	-	4	4	-	-	4
Custos dos serviços (a)	(11)	-	(64)	(75)	(10)	-	(61)	(71)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(2)	-	(5)	(7)	-	-	(4)	(4)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(11)	-	(11)	-	(17)	-	(17)
	<u>(9)</u>	<u>(11)</u>	<u>(69)</u>	<u>(89)</u>	<u>(6)</u>	<u>(17)</u>	<u>(65)</u>	<u>(88)</u>

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo.
- (b) Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos.
- (c) Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval com vencimento até 2020, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo.
- (e) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2020.

20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de Administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	2	3
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	1	-
Total	4	3

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020			2019		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	77	-	132	32	-	210
Títulos e valores mobiliários	-	-	1	-	-	2
Contas a receber de clientes e outros	667	-	-	637	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	181	83	-	47	61
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	24	-	-	35	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	1.525	-	-	1.276
Total	768	181	1.741	704	47	1.549
Passivos financeiros						
Fornecedores	360	-	-	259	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.237	-	466	1.239	-	443
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	56	-	-	45	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	2	-	-	1	-	-
Total	1.655	2	466	1.544	-	443

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2020			2019		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	132	-	132	210	-	210
Títulos e valores mobiliários	1	-	1	2	-	2
Instrumentos financeiros derivativos	264	-	264	108	-	108
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	1.525	1.525	-	1.276	1.276
Total	397	1.525	1.922	320	1.276	1.596
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	466	-	466	443	-	443
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	2	-	-	-
Total	468	-	468	443	-	443

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2020 e 2019, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 1.525 e R\$ 1.276, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo valor justo (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020		2019	
	Saldo contábil	Estimativa de justo Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de justo Nível 2
Empréstimos e financiamentos	1.237	1.255	1.239	1.236

Em dezembro de 2020, para fins de comparabilidade com o saldo contábil mensurado ao custo amortizado, as debêntures passaram a ser mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário, assim como os demais empréstimos bilaterais, são mensuradas mediante o uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado (‘CA’): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (‘VJORA’): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (‘VJR’): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa de valor justo dos instrumentos derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado às taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Ativo	US\$ 95	US\$ 95	2023	537	405	
Passivo	R\$ 351	R\$ 352		(358)	(358)	
Líquido				179	47	132

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

<u>Swap IPCA vs CDI</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
						<u>2020</u>
Ativo	R\$ 424	R\$ 406	2022-2024	466	444	
Passivo	R\$ 385	R\$ 387		(383)	(383)	
Líquido				83	61	22

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via Opções e NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<u>NDF</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
						<u>2020</u>
Termo	US\$ 1	-	2020 - 2022	-	-	
Líquido				-	-	-

Opções

O programa designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020, (R\$ 0,3 em 31 de dezembro de 2019), não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via opções e NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

O programa, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,01 (R\$ 0,01 em 31 de dezembro de 2019) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do Dólar		(496)	(124)	(248)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(US\$)	Queda do Dólar	5,1967	537	134	268
Exposição Líquida				41	10	20

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD						
	Dólar(US\$)	Alta do Dólar		(3)	1	2
NDF		Queda do Dólar	5,1967	3	(1)	(2)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR						
	Euro(€)	Alta do Euro		(2)	-	1
NDF		Queda do Euro	6,3779	2	-	(1)
Exposição				-	-	-

Em relação às NDFs, a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	189	4	(1)	(2)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(302)	(6)	(2)	(3)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(738)	(14)	(4)	(7)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(844)	(77)	(10)	(19)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	466	43	5	11
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(52)	(2)	-	(1)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(1)	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	1.215	377
2023	1.251	355
2024	1.332	431
2025	1.385	460
2026	1.432	494
Entre 2027 e 2036	6.278	2.415

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de Dívidas

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia contratou junto ao *Scotiabank* uma linha de 4131 com *Swap* considerando desembolso *forward* para 06/01/2021, no valor de R\$ 100. A operação contratada possui prazo de 3 anos com pagamento de principal no vencimento e juros semestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Martínez Martínez
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Helder Rocha Falcão
Leonardo Pimenta Gadelha
Pedro Damásio Costa Neto
Rogério Aschermann Martins
Solange Maria Pinto Ribeiro

Titulares

José Carlos dos Santos Souza
Liane Câmara Matoso Chacon

Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio

Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Haroldo do Rosário Vieira
Luiz Carlos Faria Ribeiro

Titulares

Antonio Carlos Lopes
Gláucia Janice Nitsche
José Antonio Lamenza
Telma Suzana Mezia

Suplentes

DIRETORIA

Márcio Caires Vasconcelos

Diretor-Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Capelastegui Saiz

Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação

Bruno Cavalcanti Coelho

Diretor de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis

CRC: BA-017210/O-1

CPF: 614.811.305-87

Luciana Maximino Maia

Superintendente de Contabilidade
